

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA ENTRE A REPÚBLICA DOS  
ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A REPÚBLICA DO CHILE.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Chile, desejosos de tornar ainda mais fortes os laços de amizade e boa vizinhança que unem os dois povos, mediante o estabelecimento de normas que permitam coordenar e complementar as economias do Brasil e do Chile para satisfazer as suas necessidades recíprocas, facilitando para êsse efeito o intercâmbio de mercadorias e serviços, resolveram concluir e firmar um convênio de cooperação econômica entre os dois países, e para êsse fim nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Embaixador Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores; e

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Chile, Sua Excelência o Senhor Doutor Raul Juliet Gómez, Ministro das Relações Exteriores.

Os quais, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida firma, convieram no que segue:

ARTIGO I

Cada Alta Parte Contratante, de acôrdo com o que dispõem as suas próprias leis e os seus tratados em vigor, atenderá às necessidades da Outra com os seus saldos exportáveis, na forma e condições estabelecidas pelos artigos seguintes.

ARTIGO II

As necessidades de cada Alta Parte Contratante serão fixadas de comum acôrdo toda vez que seja necessário, com exceção das necessidades do Brasil de salitre e cobre em suas diversas formas e das necessidades do Chile de café e ~~erva mate~~ erva mate, as quais serão determinadas pelo menos uma vez por ano nos primeiros quinze dias de janeiro.

ARTIGO III

Para os efeitos dos Artigos I e II se entenderá por saldo exportável o excedente de produção que se verificar depois de satisfeitas as necessidades internas de consumo direto, das indústrias transformadoras e do comércio habitual de exportação do país exportador.

Para os mesmos ~~Para~~ efeitos, se entenderão por necessidades do país importador as necessidades internas de consumo direto e das indústrias transformadoras para o abastecimento interno do país importador.

## ARTIGO IV

A obrigação de exportar os produtos cujas necessidades forem determinadas na forma dos artigos anteriores se considerará contraída sempre que existir igualdade de preços, qualidade e condições, entre as quais se incluem os meios internacionais de pagamento ou as divisas com que serão saldadas as importações.

## ARTIGO V

De acôrdo com o disposto nos artigos anteriores:

a) O Govêrno do Chile se compromete a reservar anualmente para exportar para o Brasil todo o nitrato de sódio do Chile que esse país necessite importar para seu consumo interno, na agricultura e na indústria;

b) O Govêrno do Chile se compromete além disso a que se mantenha no território brasileiro, até três anos depois de terminada a vigência dêste Convênio, ou de se haver tornado efetiva a letra g) dêste artigo, um estoque mínimo de 25.000 toneladas de nitrato de sódio do Chile, sem ônus algum para o Govêrno do Brasil e que estará em qualquer momento à sua disposição.

A obrigação do estoque considerar-se-á cumprida na parte que exceder de 1.000 toneladas que venha a ser retirada pelo Govêrno do Brasil sem um aviso prévio de três meses;

c) Os preços para o nitrato de sódio do estoque serão os que vigorarem em cada oportunidade para o mercado internacional e seu pagamento será feito a vista no momento de retirar o produto;

d) A República do Brasil importará para seu consumo industrial e agrícola, em igualdade de condições, exclusivamente nitrato de sódio do Chile;

e) O Govêrno do Brasil se compromete a não estabelecer usina ou usinas de fabricação de fertilizantes nitrogenados sintéticos, inclusive amoníaco e ácido nítrico sintéticos;

f) Compromete-se, outrossim, o Govêrno do Brasil a não dar facilidades, nem conceder privilégios ou proteção aduaneira, a quaisquer pessoas, de natureza pública ou privada, para o estabelecimento de fábricas com o objeto de que trata a alínea e supra;

g) O compromisso assumido nas letras e e f cessará automaticamente - com aviso imediato à Outra Parte - desde que qualquer país do Continente sul-americano inicie em seu território a fabricação de azôto sintético, ou a construção de usina para ês se fim;

h) Não serão aplicáveis ao nitrato de sódio do Chile as disposições vigentes no Brasil relativas à marcação de sacos com tintas indeléveis;

i) O Govêrno brasileiro determinará ~~provisoriamente~~ providências - por ~~o~~ intermédio da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil e do Departamento Técnico de Produção do

do Exército - no sentido de que sejam dadas as facilidades para a concessão de licenças de importação de nitrato de sódio do Chile.

#### ARTIGO VI

Ambos os Governos fomentarão a constituição de sociedades ou empresas de capital mixto brasileiro e chileno com o propósito de desenvolver no Chile produções de interesse comum e com o objetivo de satisfazer as necessidades do mercado brasileiro.

#### ARTIGO VII

Os Governos do Brasil e do Chile adotarão medidas para que as mercadorias que constituem o intercâmbio entre os dois países sejam seguradas, de preferência em companhias de seguros brasileiras ou chilenas em igualdade de condições com as que possam ser obtidas no mercado de seguros de terceiros países.

#### ARTIGO VIII

Na medida em que o permitirem as suas respectivas legislações e seus tratados vigentes, ambos os Governos tomarão as providências indicadas no sentido de obter que as operações de resseguro que as empresas radicadas em um dos dois países devam realizar no estrangeiro, sejam feitas de preferência no outro país.

#### ARTIGO IX

Os meios de transportes de cada uma das Altas Partes Contratantes gozarão, no território da Outra, do tratamento mais favorável permitido pelas suas respectivas legislações, excetuadas as situações de emergência.

#### ARTIGO X

De acôrdo com a legislação vigente em ambos os países os seus Governos facilitarão a instalação, em seus territórios, de sucursais ou agências de bancos e organismos oficiais estabelecidos no outro.

#### ARTIGO XI

Os Governos do Brasil e do Chile se comprometem a considerar conjuntamente os problemas que possam surgir durante a vigência do presente Convênio no que diz respeito ao alcance de suas disposições em face das normas que vierem a ser estabelecidas para uma Organização Internacional de Comércio Mundial ou Continental, a fim de dar aos referidos problemas as soluções que melhor convenham aos seus interesses comuns em harmonia com as mencionadas normas.

#### ARTIGO XII

Até a conclusão de um acôrdo especial sôbre a matéria - que deverá ser firmado no prazo mais curto possível - os nacionais de cada Alta Parte Contratante poderão registrar marcas comerciais ou de fábrica no território da Outra Alta Parte Contratante, gozando de to-

todos os direitos inerentes a tal registro, sem outra restrição além da obrigação de observar as disposições e formalidades ~~est~~ estabelecidas pelas legislações particulares de cada uma das Altas Partes Contratantes.

#### ARTIGO XIII

Ambos os Governos se comprometem a conceder todas as facilidades necessárias para que os técnicos de um dos dois países possam aperfeiçoar os seus conhecimentos em escolas técnicas ou indústrias existentes no outro.

Dentro deste propósito, o Governo do Brasil enviará ao Chile, e o Governo do Chile enviará ao Brasil, na vigência deste Convênio, um certo número de técnicos a ser determinado por troca de notas no prazo de trinta dias a contar da data de sua ratificação.

#### ARTIGO XIV

Os pagamentos relativos ao intercâmbio entre o Brasil e o Chile se efetuarão através do Banco do Brasil e do Banco Central do Chile, para cujo efeito continuarão em vigor os ajustes existentes entre ambas as instituições.

#### ARTIGO XV

As contas de intercâmbio abertas no Banco do Brasil e no Banco do Chile serão ajustadas periodicamente segundo o processo que fôr estabelecido por ambas as instituições, sendo sempre o saldo das referidas contas conversível em dólares americanos na forma e nos prazos decididos de comum acordo pelos ~~dois~~ dois bancos mencionados.

#### ARTIGO XVI

O Banco do Brasil e o Banco Central do Chile entrarão em acordo para ajustar a aplicação desses entendimentos às normas estabelecidas por Convênios Multilaterais de que participam os dois Governos.

#### ARTIGO XVII

A fim de permitir o desenvolvimento do intercâmbio entre ambos os países, mesmo quando a posição do referido intercâmbio seja de desequilíbrio, o Banco do Brasil e o Banco Central do Chile, dentro de suas faculdades legais, conceder-se-ão créditos sem juros cujas modalidades serão determinadas no futuro diretamente entre ambos os Bancos, sem prejuízo dos créditos atualmente concedidos.

#### ARTIGO XVIII

O presente Convênio terá uma duração de três anos, devendo ser considerado prorrogado, de ano em ano, caso nenhuma das Altas Partes Contratantes manifeste o seu desejo de denunciá-lo por meio de um aviso comunicado seis meses antes da expiração de cada período.

## ARTIGO XIX

O presente Convênio será ratificado e entrará em vigor no dia da troca das respectivas ratificações.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima nomeados firmam e selam o presente Convênio, em dois exemplares, escritos nas línguas portuguesa e espanhola, ambos igualmente autênticos, na cidade do Rio de Janeiro, no quarto dia do mês de Julho do ano de mil novecentos e quarenta e sete.

L.S. Raul Fernandes

L.S Raul Juliet Gomez.

## CONVENIO DE COOPERACIÓN ECONOMICA ENTRE LA REPÚBLICA DE LOS ESTADOS UNIDOS DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA DE CHILE.

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil y el Excelentísimo Señor Presidente de la República de Chile, con el propósito de hacer aún más fuertes los vínculos de amistad y buena vecindad que unen a ambos pueblos mediante el establecimiento de normas que permitan coordinar y complementar las economías de Brasil y Chile para satisfacer sus necesidades recíprocas, facilitando para estos efectos el intercambio de mercaderías y servicios, resolvieron concluir y firmar un convenio de cooperación económica entre los dos países, y, para ese fin, nombraron sus Plenipotenciarios, a saber:

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, a Su Excelencia el Señor Embajador Doctor Raul Fernandes, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores;

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de Chile, a Su Excelencia el Señor Doctor Raul Juliet Gomez Ministro de Relaciones Exteriores.

Los cuales, después de haber cambiado sus Plenos Poderes, y de encontrarlos en buena y debida forma, convinieron en lo que sigue:

### ARTÍCULO I

Cada Alta Parte Contratante, de acuerdo con lo que disponen sus propias leyes y sus tratados vigentes, atenderá las necesidades de la Otra con sus saldos exportables en la forma y condiciones que establecen los artículos siguientes:

### ARTÍCULO II

Las necesidades de cada Alta Parte Contratante se fijarán de común acuerdo cada vez que sea necesario, con excepción de las necesidades que tenga el Brasil de salitre y cobre en sus diversas formas y las de Chile de café y yerba mate, las que se establecerán a lo menos una vez en el año en los primeros quince días de Enero.

### ARTICULO III

Para los efectos de los Artículos I y II se entenderá como saldo exportable el remanente de producción que resulte después de satisfechas las necesidades internas de consumo, directo, de las industrias transformadoras y del comercio habitual de exportación del país exportador.

Para los mismos efectos, se entenderán como necesidades del país importador las necesidades internas de consumo directo y de las industrias transformadoras para el abastecimiento interno del país importador.

### ARTICULO IV

La obligación de exportar los productos cuyas necesidades sean determinadas en la forma de los artículos anteriores se entenderá contraída siempre que exista igualdad de precios, calidad y condiciones, término en el que quedan incluidos, entre otros, los medios de pagos internacionales o las divisas con que hayan de cancelarse las importaciones.

### ARTICULO V

De acuerdo con lo dispuesto en los artículos anteriores:

- a) El Gobierno de Chile se compromete a reservar anualmente para exportar al Brasil, todo el nitrato de sodio de Chile que ese país necesite importar para su consumo interno en la agricultura y en la industria;
  - b) El Gobierno de Chile se compromete además a que se mantenga en el territorio brasileno, hasta tres años después de terminada la vigencia de este Convenio, o de haberse hecho efectiva la letra g) de este artículo, un stock mínimo de 25.000 toneladas de nitrato de sodio de Chile, sin costo alguno para el Gobierno del Brasil y que estará en cualquier momento a su disposición.
- La obligación del stock se considerará cumplida hasta por noventa días en aquella parte mayor de 1.000 toneladas que sea retirada por el Gobierno del Brasil sin previo aviso de tres meses.
- c) Los precios para el nitrato de sodio del stock serán los que rijan en cada oportunidad para el mercado universal su pago se efectuará al contado en el momento de retirar el producto;
  - d) La República del Brasil importará para su consumo industrial y agrícola, en igualdad de condiciones, exclusivamente nitrato de sodio de Chile;
  - e) El Gobierno del Brasil se compromete a no establecer planta o plantas de fabricación de fertilizantes nitrogenados sintéticos, incluyendo al amoníaco y al ácido nítrico sintéticos;
  - f) Se compromete, asimismo, el Gobierno del Brasil a no dar facilidades, ni a conceder privilegios o protección aduanera, a cualesquiera personas, de naturaleza pública o privada, para el establecimiento de fábricas con el objeto de que trata el párrafo anterior;

g) El compromiso asumido en las letras e y f cesará automáticamente - con aviso inmediato a la Otra Parte - desde que un país cualquiera del Continente sudamericano inicie en su territorio la fabricación de azóe sintético, o la construcción de una planta para ese fin;

h) No serán aplicables al nitrato de sódio de Chile las disposiciones vigentes en Brasil relativas a marcas de sacos con tintas indelebles;

i) El Gobierno del Brasil adoptará medidas - por inter-  
~~medi~~o medio de la Cartera de Exportación e Importación del Banco de Brasil y del Departamento Técnico de producción del Ejército - con el fin de que sean dadas todas las facilidades para la concesión de permisos de importación de nitrato de sódio de Chile.

#### ARTICULO VI

Ambos Gobiernos fomentarán la constitución de sociedades o empresas de capital mixto chileno y brasileño con el propósito de desarrollar en Chile producciones de interés común y con el objeto de satisfacer las necesidades del mercado brasileño.

#### ARTICULO VII

Los Gobiernos del Brasil y de Chile adoptarán medidas para que las mercadorias que se comercien entre los dos países sean aseguradas, de preferencia en companias de seguros chilenas o brasileñas, en igualdad de condiciones con las que se puedan obtener en el mercado de seguros de terceros países.

#### ARTÍCULO VIII

En la medida que lo consientan sus respectivas legislaciones y sus tratados vigentes, ambos Gobiernos adoptarán las disposiciones del caso tendientes a lograr que las operaciones de reaseguro que las empresas radicadas en uno de los dos países deban concertar en el extranjero, se realicen preferentemente en el otro.

#### ARTICULO IX

Los medios de transporte de cada de las Altas Partes Contratantes gozarán, en el territorio de la Otra, del trato más favorable que consientan sus respectivas legislaciones, exceptuadas las situaciones de emergencia.

#### ARTICULO X

De acuerdo con la legislación vigente en ambos ~~países~~ países sus Gobiernos facilitarán la instalación en ellos de sucursales o agencias de bancos y organismos oficiales establecidos en el otro.

#### ARTICULO XI

Los Gobiernos del Brasil y de Chile se comprometen a considerar conjuntamente los problemas que puedan surgir durante la vigencia del presente convenio en cuanto al alcance de sus disposiciones en presencia de las normas que se establezcan para

para una Organización Internacional de Comercio Mundial o Continental, a fin de dar a dichos problemas las soluciones que mejor convengan a sus comunes intereses en armonía con las citadas normas.

#### ARTÍCULO XII

Hasta la conclusión de un acuerdo especial sobre la materia - que deberá ser firmado en el plazo más corto posible - los nacionales de cada Alta Parte Contratante podrán inscribir marcas de comercio o de fábrica en el territorio de la Otra Alta Parte Contratante, gozando de todos los derechos inherentes a tal inscripción, sin otra limitación que la observancia de las disposiciones y formalidades establecidas en las legislaciones particulares de cada una de las Altas Partes Contratantes.

#### ARTÍCULO XIII

Ambos Gobiernos se comprometen a otorgar todas las facilidades necesarias para que el personal técnico de uno país pueda perfeccionar sus conocimientos en escuelas técnicas o en industrias existentes en el otro.

Dentro de este propósito, el Gobierno del Brasil enviará a Chile, y el Gobierno de Chile enviará al Brasil, en la vigencia de este Convênio, un cierto número de técnicos a ser determinado por cambio de notas en el plazo de treinta días después de la fecha de su ratificación.

#### ARTÍCULO XIV

Los pagos del intercambio entre el Brasil y Chile se realizarán a través del Banco del Brasil y del Banco Central de Chile, para cuyo efecto continuarán en vigencia los arreglos existentes entre ambas instituciones.

#### ARTÍCULO XV

Las cuentas de intercambio que llevan el Banco del

Brasil y el Banco Central de Chile se ajustarán de tiempo en tiempo, según lo acuerden ambas instituciones, y en todo caso el saldo de las cuentas será convertible en dólares de los Estados Unidos de America en la forma y plazos que convengan también ambos institutos.

#### ARTÍCULO XVI

El Banco del Brasil y el Banco Central de Chile se pondrán de acuerdo para ajustar la marcha de estos arreglos y las normas que existan de acuerdo con los Convenios Multilaterales en que los dos Gobiernos sean parte.

#### ARTÍCULO XVII

A fin de permitir el desarrollo del intercambio entre ambos países, aún cuando la posición de este intercambio sea de desequilibrio, el Banco del Brasil y el Banco Central de Chile, dentro de sus facultades legales, se otorgarán créditos sin intereses y cuyas modalidades serán determinadas en el futuro directamente entre ambos, Bancos, sin perjuicio de los créditos actualmente concedidos.

#### ARTÍCULO XVIII

El presente Convênio tendrá una duración de tres años y se entenderá prorrogado de año en año salvo que alguna de las Altas Partes Contratantes manifieste su propósito de denunciarlo con un aviso de seis meses previos la expiración de cada periodo.

#### ARTÍCULO XIX

El presente Convenio será ratificado y entrará en vigencia el día del canje de las respectivas ratificaciones.

En fé de lo cual, los Plenipotenciarios arriba nombrados suscriben el presente Convenio, hecho en dos ejemplares en las lenguas portuguesa y castellana, que hacen igualmente fé, y le aplican sus respectivos sellos, en la ciudad de Rio de Janeiro, el día cuatro del mes de Julio del año de mil novecientos cuarenta y siete.

L.S. Raul Fernandes.

L.S. Raul Juliet Gomez.

Em 4 de julho de 1947.

DE/26/861.2(32)(42)

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da nota nº 608/79, desta data, pela qual Vossa Excelência solicita ao Governo brasileiro que reconheça oficialmente, para todos os efeitos aduaneiros, os certificados de análise de salitre expedidos pelo Laboratório da Superintendência de Salitre e Iodo, que é um organismo oficial dependente do Ministério da Fazenda do Chile.

2. Outrossim, solicita Vossa Excelência que tanto a presente nota, quanto a nota dessa Embaixada, acima referida, sejam consideradas anexas ao Convênio de Cooperação Econômica, assinado hoje nesta capital, pelos Governos do Brasil e do Chile.

3. Em resposta, apraz-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro concorda em reconhecer os certificados em apreço, para todos os efeitos aduaneiros no Brasil, sem excluir contudo a possibilidade de, para fins de esclarecimento de circunstância porventura precisa no certificado expedido por aquêlê Laboratório, recorram as autoridades brasileiras ao Laboratório Nacional de Análises ou a outro reconhecido oficialmente.

4. Nessas condições, a presente nota e a nota de Vossa Excelência, acima referida, são consideradas anexas ao mencionado Convênio.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) Raul Fernandes.

A Sua Excelência o Senhor Emilio Edwards Bello,  
Embaixador do Chile.

EMBAJADA DE CHILE

Nº 608/79

Rio de Janeiro, 4 de Julio de 1947.

Señor Ministro:

Como resultado de los entendimientos habidos entre Itamaray y esta Embajada, tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia para rogarle, quiera tener a bien, dejar establecido, en la respuesta que le merezca la presente nota, "que el Gobierno del Brasil reconocerá como oficiales, para todos los efectos aduaneros, los certificados de análisis de salitre que expida el Laboratorio de la Superintendencia de Salitre y Yodo, en consideración a que se trata de un organismo oficial dependiente del Ministerio de Hacienda de Chile."

Al mismo tiempo, me permito solicitar de Vuestra Excelencia que, de acuerdo con los entendimientos aludidos, esta nota y la de Vuestra Excelencia de esta misma fecha, se consideren como anexas al Convenio de Cooperación Económica suscrito en esta Capital por los Gobiernos de Chile y del Brasil el día de hoy.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

a) Emilio Edwards Bello

Al Excmo Señor Raul Fernandes,  
Ministro de Relaciones Exteriores  
de los Estados Unidos del Brasil,  
Palacio de Itamaraty.

C.B.

DE/27/844.63'42) (32)

Em 4 de julho de 1947.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da nota n: 607/78, desta data, pela qual Vossa Excelência solicita ao Governo brasileiro que determine a inclusão do salitre do Chile na lista dos artigos que gozam de primeira prioridade, a fim de que os navios que o transportem tenham preferência para atracar nos pontos de descarga, em consideração às enormes perdas a que está sujeito o mencionado produto, devido à considerável humidade que absorve.

2. Outrossim, solicita Vossa Excelência que tanto a nota dessa Embaixada, já referida, quanto a presente nota, sejam consideradas anexas ao Convênio de Cooperação Econômica, assinado hoje nesta capital, pelos Governos do Brasil e do Chile.

3. Em resposta, apraz-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro concorda em adotar as providências solicitadas, convido também com o Governo chileno em que esta nota e a de Vossa Excelência, do mesmo teor e data, sejam consideradas anexas ao Convênio citado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) Raul Fernandes.

A Sua Excelência o Senhor Emilio Edwards Bello,  
Embaixador do Chile.

C.B.

EMBAJADA DE CHILE

Nº 607/78

Rio de Janeiro, 4 de Julio de 1947.

Señor Ministro:

Como resultado de los entendimientos habidos entre Itamaraty y esta Embajada, tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia para rogarle, quiera tener a bien dejar establecido, en la respuesta que le merezca la presente nota, "que el Gobierno del Brasil hará incluir al salitre de Chile en la lista de artículos que tienen primera prioridad, para los efectos de la preferencia que las naves que los transportan deban tener para atracar a los sitios de descarga, en consideración a las enormes pérdidas a que está sujeto el indicado producto, por la considerable humedad que absorbe".

Al mismo tiempo, me permito solicitar de Vuestra Excelencia que, de acuerdo con los entendimientos aludidos, esta nota y la de Vuestra Excelencia de esta misma fecha y del mismo tenor, se consideren como anexas al Convenio de Cooperación Económica suscrito en esta Capital por los Gobiernos de Chile y del Brasil el día de hoy.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

a) Emilio Edwards Bello

Al Excmo. Señor Raul Fernandes,  
Ministro de Relaciones Exteriores,  
de los Estados Unidos del Brasil,  
Palacio de Itamaraty.

C.B.

Anexo ao Convênio de Cooperação Econômica, entre o Brasil e o Chile, formado no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947.

Em 4 de julho de 1947.

DE/30/563.77

Senhor Embaixador,

Com referência ao Convênio de Cooperação Econômica, firmado nesta mesma data, tenho a honra de expressar a Vossa Excelência que a letra (c) do artigo 5º, do referido Convênio, deve ser entendida sem prejuízo do aproveitamento do amoníaco que seja subproduto de outras indústrias e sempre que o mesmo não se empregue na fabricação de azoto sintético.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) Raul Fernandes.

A Sua Excelência o Senhor Emilio Edwards Bello,  
Embaixador do Chile.

EMBAJADA DE CHILE

Nº 614/81

Rio de Janeiro, 4 de Julio de 1947.

Señor Ministro:

En relación con el Convenio de Cooperación Económica, sus -  
crito en esta misma fecha, tengo el honor de expresar a Vuestra Excelencia  
que la letra (c) del artículo 5º de dicho Convenio, debe entenderse sin  
prejuicio del aprovechamiento del amoniaco que sea subproducto de otras in  
dustrias, y siempre que no se emplee en la fabricación de azóe sintético.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar a Vuestra Excele-  
ncia las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

a) Emilio Edwards Bello.

Al Excmo. Señor Raul Fernandes,  
Ministro de Relaciones Exteriores  
de los Estados Unidos del Brasil,  
Palacio de Itamaraty.

PROTOCOLO ADICIONAL AO TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE A  
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A REPÚBLICA DO  
CHILE, DE 1º DE MARÇO DE 1943.

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República do Chile, com o propósito de que o Tratado de Comércio e Navegação firmado pelos dois países no dia 1º de março de 1943, se ajuste à situação atual de seu intercâmbio, resolveram assinar o presente Protocolo adicional, e, para êsse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores; e

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Chile, Sua Excelência o Senhor Raul Juliet Gomez, Ministro das Relações Exteriores;

Os quais, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

#### ARTIGO PRIMEIRO

Acrescenta-se o seguinte parágrafo ao Artigo V, do Tratado de Comércio e Navegação;

"As Altas Partes Contratantes se comprometem, durante a vigência do presente Tratado e excetuadas as decisões que os Governos respectivos adotem em Conferências internacionais sôbre a matéria, a dar facilidades para que o transporte de mercadorias de interesse primordial para o intercâmbio comercial entre os dois países seja feito preferentemente pelos navios mercantes de bandeira nacional brasileira ou chilena, em igualdade de condições."

#### ARTIGO SEGUNDO

Acrescenta-se o seguinte parágrafo ao Artigo VII,

"Em consequência, as disposições vigentes no Brasil relativas a marcas de sacos com tintas indelêveis não se aplicarão aos produtos chilenos".

#### ARTIGO TERCEIRO

Modifica-se a redação do Artigo X da forma seguinte:

"No caso de uma das Altas Partes Contratantes submeter a importação de mercadorias ou produtos a um regimen de quotas ou contingentes de importação, ou a outra limitação de natureza análoga, deverá conceder, em igualdade de condições, às importações dos produtos afetados por aquelas medidas, procedentes do território da Outra Parte, uma participação proporcional na quantidade total que se permita importar, não inferior à participação que se conceder à Nação mais favorecida, nem inferior, em caso algum, à participação que tenham tido as importações da Outra Parte na importação total efetuada nos últimos anos anteriores ao estabelecimento das limitações à importação de que se trate".

#### ARTIGO QUARTO

O Artigo XI fica assim redigido:

"A origem dos produtos de ambos os países será

comprovada, quando assim o requeira a legislação interna de qualquer deles, mediante certificados expedidos por autoridade competente ou pelas Câmaras de Comércio oficialmente reconhecidas por seu Governo e aceitas pelo Governo do país de destino. O Visto consular de tais documentos será absolutamente gratuito".

#### ARTIGO QUINTO

A tabela "A", anexa ao Tratado de 1º de março de 1943, fica modificada na forma seguinte:  
"936 - Salitre para uso agrícola e industrial - Isento".  
"913 - Iodo bruto ou impuro, até 99,5% - Kg. P.L. - Cr\$ 16,40".

#### ARTIGO SEXTO

De acordo com o disposto no artigo XIII, as Altas Partes Contratantes convêm em que, no prazo de sessenta dias a contar da ratificação do presente Protocolo adicional, reunir-se-á a Comissão Mista estabelecida pelo artigo já referido, para estudar as modificações e acréscimos às listas A e B anexas ao Tratado de Comércio e Navegação de 1º de março de 1943.

#### ARTIGO SÉTIMO

O presente Protocolo adicional será ratificado, devendo suas ratificações serem trocadas com a maior brevidade possível, e regerá durante a vigência e, nas mesmas condições do Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Chile, assinado a 1º de março de 1943.-

Em fé do que, os Plenipotenciários nomeados firmam e selam o presente Protocolo adicional, em dois exemplares, escritos nas línguas portuguesa e espanhola, ambos igualmente autênticos, na cidade do Rio de Janeiro, no dia quatro do mês de julho do ano de mil e novecentos e quarenta e sete.

a) Raul Fernandes

a) Raul Juliet Gomez

PROTOCOLO ADICIONAL AL TRATADO DE COMERCIO Y NAVEGACIÓN  
ENTRE LA REPUBLICA DE LOS ESTADOS UNIDOS DEL BRASIL  
Y LA REPUBLICA DE CHILE, DE 1° DE MARZO DE 1943.

Los Gobiernos de la República de los Estados Unidos del Brasil y de la República de Chile, con el propósito de que el Tratado de Comercio y Navegación, suscrito entre los dos países el día 1° de marzo de 1943, se ajuste a la situación actual de su intercambio, han resuelto firmar el presente Protocolo adicional, y, para ese fin, designaron sus Plenipotenciarios, a saber :

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, a Su Excelencia el Señor Raul Fernandes, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores; y

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de Chile, a Su Excelencia el Señor Raul Juliet Gomez, Ministro de Relaciones Exteriores;

Los cuales, después de haber cambiado sus Plenos Poderes, y de encontrarlos en buena y debida forma, han convenido en los artículos siguientes:

ARTÍCULO PRIMERO

Agregase el párrafo siguiente al Artículo V, del Tratado de Comercio y Navegación:

"Las Altas Partes Contratantes se comprometen, durante la vigencia del presente Protocolo adicional y ~~exceptuadas~~ las decisiones que adopten los Gobiernos respectivos en Conferencias internacionales sobre la materia, a dar facilidades para que el transporte de mercaderías de interés primordial para el intercambio comercial entre los dos países sea hecho preferentemente por los buques mercantes de bandera nacional brasilera. ou chilena, en igualdad de condiciones".

ARTÍCULO SEGUNDO

Agregase el párrafo siguiente al Artículo VII:

"En consecuencia, las disposiciones vigentes en Brasil relativas a marcas de sacos con tintas indelebles no se aplicarán a los productos chilenos".

ARTÍCULO TERCERO

Modificase la redacción del Artículo X, en la siguiente forma:

"En caso de que una de las Altas Partes Contratantes someta la importación de mercaderías o productos a un régimen de cuotas o contingentes de importación, o a otra limitación de naturaleza análoga, deberá conceder, en igualdad de condiciones, a las importaciones de los productos afectados por aquellas medidas, procedentes del territorio de la Otra Parte, una participación proporcional en la canti-

cantidad total que se permita importar no inferior a la participación que se conceda a la Nación más favorecida, ni inferior, en ningún caso, a la participación que hayan tenido las importaciones de la Otra Parte en la importación total efectuada en los últimos años anteriores al establecimiento de las limitaciones a la importación de que se trate".

#### ARTICULO CUARTO

El Artículo XI, queda redactado como sigue:

"El Origen de los productos de ambos países será comprobado, cuando así lo requiera la legislación interna de cualquiera de ellos, mediante certificados expedidos por autoridad competente o por las Cámaras de Comercio oficialmente reconocidas por su Gobierno y aceptadas por el Gobierno del país de destino. La visación consular de tales documentos será absolutamente gratuita".

#### ARTICULO QUINTO

La tabla "A", anexa al Tratado de 1° de marzo de 1943, se modifica en la forma siguiente:

"936 - Salitre para uso agrícola e industrial - Libre".

"913 - Yodo bruto o impuro, hasta 99,5% - Kg. P.L. - ... Cr\$ 16,40".

#### ARTICULO SEXTO

De acuerdo con lo dispuesto en el artículo XIII, las Altas Partes Contratantes convienen que, en el plazo de sesenta días a contar de la ratificación del presente Protocolo adicional, se reunirá la Comisión Mixta que establece el artículo ya referido, para estudiar las modificaciones y agregados a las listas A y B del Tratado de Comercio y Navegación de 1943.

#### ARTICULO SETIMO

El presente Protocolo adicional será ratificado, debiendo sus ratificaciones ser canjeadas a la mayor brevedad posible, y regirá en las mismas condiciones y mientras esté vigente el Tratado de Comercio y Navegación entre Brasil y el Chile, suscrito el 1° de marzo de 1943.

En fé de lo cual, los Plenipotenciarios arriba nombrados suscriben el presente Protocolo adicional, hecho en dos ejemplares en las lenguas portuguesa y castellana, que hacen, igualmente fé, y le aplican sus respectivos sellos, en la ciudad de Rio de Janeiro, el dia cuatro de julio del año mil novecientos cuarenta y siete.

L. S. Raul Fernandes.

L. S. Raul Juliet Gomez.

Anexo ao Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação de 1º de março de 1943, entre o Brasil e o Chile. Firmado no Rio de Janeiro a 4 de julho de 1947.

Em 4 de julho de 1947.

DE/28/890.42(32)

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da nota S/N, datada de hoje, pela qual Vossa Excelência se serviu comunicar-me que o Governo do Chile se compromete a não impôr medidas restritivas, como licenças, contingentes, proibições ou outras análogas à importação anual das seguintes quantidades dos produtos brasileiros indicados abaixo:

	Toneladas
Açúcar .....	10.000
Café .....	9.000
Chá .....	50
Erva-Mate .....	10.000
Algodão em rama.....	5.000
Borracha em bruto.....	500

2. Comunicou-me ainda Vossa Excelência que atendendo ao pedido do Ministro da Guerra do Brasil, o Governo do Chile se compromete a autorizar a exportação, para o Brasil, de um mínimo de 1.000 toneladas de cobre em bruto destinadas ao consumo das indústrias militares do Governo.

3. O Governo brasileiro se compromete, de seu lado, a não impôr medidas restritivas, como licenças, contingentes, proibições ou outras análogas à importação anual de 3.000 toneladas de cobre elaborado.

A expressão cobre elaborado se aplica aos seguintes produtos:

- a) Lâminas, discos e tiras, de 0,15 a 8,0 mm. de espessura;
- b) Arames (fios descobertos) até 8,0 mm. de diâmetro;
- c) Cabos descobertos de cobre;
- d) Tubos

4. A presente nota e a nota de Vossa Excelência, acima referida, são consideradas anexas ao Protocolo adicional ao Tratado de Comércio e Navegação de 1º de março de 1943.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) Raul Fernandes.

A Sua Excelência o Senhor Emilio Edwards Bello,  
Embaixador do Chile.

EMBAJADA DO CHILE.

Rio de Janeiro, 4 de Julio de 1947.

Señor Ministro:

Tengo el honor de poner en conocimiento de Vuestra Excelencia que el Gobierno de Chile se compromete a no imponer medidas restrictivas como licencias, contingentes, prohibiciones u otras análogas a la importación anual de las siguientes cantidades de productos brasilenos que se indican a continuación:

	Toneladas
Azúcar.....	10.000.-
Café.....	9.000.-
Té.....	50.-
Yerba Mate.....	10.000.-
Algodón en rama.....	5.000.-
Caucho en bruto.....	500.-

2. Atendiendo al pedido del Señor Ministro de la Guerra del Brasil, el Gobierno de Chile se compromete a autorizar la exportación al Brasil, de un minimum de 1.000 toneladas de cobre en bruto destinadas al consumo de las industrias militares del Gobierno.

3. Al propio tiempo, me permito pedir a Vuestra Excelencia que el Gobierno brasilenño se comprometa, por su parte, a no imponer medidas restrictivas, como licencias, contingentes, prohibiciones u otras análogas a la importación anual de 3.000 toneladas de cobre elaborado.

La expresión "cobre elaborado", se aplica a los siguientes productos:

- a) Láminas, discos y tiras, de 0,15 a 8,0 mm. de espesor;
- b) Alambres (hilos desnudos), hasta 8 mm. de diámetro;
- c) cables desnudos de cobre;
- d) Tubos.

La presente nota y la respuesta de Vuestra Excelencia, se consideran anexas al Protocolo Adicional al Tratado de Comercio y Navegación de 1° de Marzo de 1943.

Aprovecho esta oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

a) Emilio Edwards Bello.

Al Excmo. Señor  
Raul Fernandes  
Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil.

ACORDO SOBRE TRANSPORTES AEREOS ENTRE A REPUBLICA DOS ESTADOS  
UNIDOS DO BRASIL E A REPUBLICA DO CHILE

O Govêrno da República dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno da República do Chile, considerando:

que as possibilidades sempre crescentes da aviação comercial são de importância cada vez mais relevante;

que êsse meio de transporte, pelas suas características essenciais permitindo ligações rápidas, proporciona melhor aproximação entre as nações;

que é conveniente organizar, por forma segura e ordenada, os serviços aéreos internacionais regulares, sem prejuízo dos interesses nacionais e regionais, tendo em vista o desenvolvimento da cooperação internacional no campo dos transportes aéreos;

que é sua aspiração chegar a um convênio geral multilateral que venha a reger tôdas as nações em matéria de transporte aéreo internacional;

que, enquanto não for celebrado êsse convênio geral multilateral, de que ambos sejam Partes, torna-se necessário a conclusão de um acôrdo destinado a assegurar comunicações aéreas regulares entre os dois países; designarao, para êsse efeito, seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Embaixador Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores; e

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Chile, Sua Excelência o Senhor Doutor Raul Juliet Gomez, Ministro das Relações Exteriores;

os quais, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, acordados em boa e devida forma, acordaram nas disposições seguintes:

#### ARTIGO I

As Partes Contratantes concedem-se reciprocamente os direitos especificados no Anexo ao presente acôrdo, a fim de que se estabeleçam os serviços aéreos internacionais regulares no mesmo descritos, doravante referidos como "serviços convencionados".

#### ARTIGO II

1 - Qualquer dos serviços convencionados poderá ser iniciado imediatamente ou em data posterior, a critério da Parte Contratante à qual os direitos são concedidos, mas não antes que:

- a) - A Parte Contratante à qual os mesmos tenham sido concedidos haja designado uma empresa ou empresas aéreas de sua nacionalidade para a rota ou rotas especificadas;
- b) - A Parte Contratante que concede os direitos tenha dado a necessária licença de funcionamento à empresa ou empresas aéreas em questão, o que fará sem demora, observadas as disposições do parágrafo nº 2 dêste artigo e as do artigo VI.

2 - As empresas aéreas designadas poderão ser chamadas a provar, perante as autoridades aeronáuticas da Parte Contratante que concede os direitos, que se encontram em condições de satisfazer os requisitos prescritos pelas leis e regulamentos normalmente aplicados por essas autoridades ao funcionamento de empresas aéreas comerciais.

### ARTIGO III

Com o fim de evitar práticas discriminatórias e de respeitar o princípio de igualdade de tratamento:

1 - As taxas que uma das Partes Contratantes imponha ou permita que sejam impostas à empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante para uso de aeroportos e outras facilidades não serão superiores às pagas pelo uso de tais aeroportos e facilidades por aeronaves de sua bandeira empregadas em serviços internacionais semelhantes.

2 - Os combustíveis, óleos lubrificantes e sobresalentes introduzidos no território de uma Parte Contratante ou postos nêsse território, a bordo de aeronaves de outra Parte Contratante quer diretamente por uma empresa aérea por esta designada, quer por conta de tal empresa e destinados unicamente ao uso de suas aeronaves, gozarão do tratamento dado às empresas nacionais ou às empresas da nação mais favorecida, no que respeita a direitos aduaneiros, taxa de inspeção ou outros direitos e encargos nacionais.

3 - Os combustíveis, óleos lubrificantes, sobresalentes, equipamento normal e provisões de bordo, enquanto nas aeronaves e utilizados na exploração dos serviços convencionados, gozarão de isenção de direitos aduaneiros, taxas de inspeção e direitos ou taxas semelhantes no território da outra Parte Contratante, mesmo que venham a ser utilizados pelas aeronaves em vôo naquele território.

### ARTIGO IV

Os certificados de navegabilidade, as cartas de habilitação e as licenças concedidas ou validadas por uma das Partes Contratantes e ainda em vigor serão reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante para o fim de exploração dos serviços convencionados. As Partes Contratantes reservam-se entretanto o direito de não reconhecer, com relação ao sobrevôo de seu território, cartas e licenças concedidas a seus nacionais pela outra Parte Contratante ou por um terceiro Estado.

### ARTIGO V

1 - As leis e regulamentos de uma Parte Contratante, relativos à entrada ou saída de seu território de aeronaves empregadas na navegação aérea internacional, ou relativas à exploração e à navegação das ditas aeronaves dentro dos limites do mesmo território serão aplicados às aeronaves da empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante.

2 - As leis e regulamentos de cada uma das Partes Contratantes relativos à entrada ou saída do seu território de passageiros, tripulações ou cargas de aeronaves, como sejam regulamentos concernentes à entrada, despacho, imigração, passaportes, alfândega

e quarentena, aplicar-se-ão aos passageiros, tripulantes e carga das aeronaves empregadas nos serviços convencionados.

#### ARTIGO VI

As Partes Contratantes reservam-se a faculdade de negar uma licença de funcionamento a uma empresa aérea designada pela outra Parte Contratante ou de revogar tal licença quando não ficar provado que uma parte substancial da propriedade e o controle efetivo da referida empresa estejam em mãos de nacionais da outra Parte Contratante ou em caso de inobservância, por essa empresa aérea das leis e regulamentos referidos no artigo V supra, ou das condições sob as quais os direitos foram concedidos em conformidade com este Acôrdio e seu Anexo, ou ainda quando as aeronaves postas em tráfego não sejam tripuladas por naturais da outra Parte Contratante, exceptuados os casos de adestramento de pessoal navegante.

#### ARTIGO VII

Caso qualquer das Partes Contratantes deseje modificar os termos do Anexo ao presente Acôrdio ou usar da faculdade prevista no artigo VI poderá promover consulta entre as autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes, devendo tal consulta ser iniciada dentro do prazo de sessenta (60) dias a contar da data da notificação respectiva.

Quando as referidas autoridades concordarem em modificar o Anexo, tais modificações entrarão em vigor, desde que satisfeitas as exigências previstas na legislação de cada Parte Contratante, sejam trocadas as notificações devidas por via diplomática.

#### ARTIGO VIII

As divergências entre as Partes Contratantes, relativas à interpretação ou aplicação do presente Acôrdio ou de seu Anexo, que não estiverem sujeitas às normas prescritas no capítulo XVIII da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago, aos 7 dias de dezembro de 1944, e não puderam ser resolvidas por meio de consulta deverão ser submetidas a arbitragem pela Organização de Aviação Civil Internacional ou por outro órgão escolhido de comum acôrdio pelas mesmas Partes Contratantes.

#### ARTIGO IX

Qualquer das Partes Contratantes pode, a todo o tempo, notificar a outra de seu desejo de rescindir este Acôrdio. A notificação será simultaneamente comunicada à Organização de Aviação Civil Internacional. Feita a notificação, este Acôrdio deixará de vigorar seis (6) meses depois da data de seu recebimento pela outra Parte Contratante, salvo se for retirada por acôrdio antes de expirar aquele prazo. Se não for acusado o recebimento da notificação pela Parte Contratante a quem foi dirigida, entender-se-á recebida catorze (14) dias depois de o ter sido pela Organização de Aviação Civil Internacional.

#### ARTIGO X

Não entrar em vigor uma Convenção multilateral de aviação que tiver sido ratificada pelas duas Partes Contratantes, o

presente Acôrdo e seu anexo deverão ser revistos de modo a que suas disposições se conciliem com as da referida Convenção.

#### ARTIGO XI

O presente Acôrdo e todos os contratos relativos ao mesmo, serão registrados na Organização de Aviação Civil Internacional.

#### ARTIGO XII

Para o fim de aplicação do presente Acôrdo e de seu Anexo:

a) - A expressão "autoridades aeronáuticas" significará, no caso dos Estados Unidos do Brasil, o Ministro da Aeronáutica e, no caso da República do Chile, La Dirección de Aeronáutica, ou em ambos os casos, qualquer pessoa ou órgão que esteja autorizado a exercer as funções atualmente pelos mesmos exercidas;

b) - a expressão "empresa aérea designada" significará qualquer empresa que uma das Partes Contratantes tiver escolhido para explorar os serviços convencionados e a cujo respeito tiver sido feita uma comunicação por escrito às autoridades aeronáuticas competentes da outra Parte Contratante segundo o disposto no artigo II do presente Acôrdo;

c) - as definições dos parágrafos a, b e d do artigo ou da Convenção sobre aviação Civil Internacional, mencionada supra, aplicar-se-ão ao presente Acôrdo.

#### ARTIGO XIII

O presente Acôrdo será ratificado em conformidade com as disposições constitucionais de cada Parte Contratante, e entrará em vigor a partir do dia da troca das ratificações, o que deverá ter lugar o mais breve possível.

Ambas as Partes Contratantes procurarão tornar efetivas as disposições do presente Acôrdo no limite de suas atribuições administrativas trinta (30) dias após a data da sua assinatura.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima mencionados assinam o presente Acôrdo, em dois exemplares, do mesmo teor, em idiomas português e espanhol, apondo seus respectivos selos, no Rio de Janeiro, aos quatro dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e sete.

a) Raul Fernandes

a) Raul Juliet Gomez

O Governo dos Estados Unidos do Brasil concede ao Governo da República do Chile o direito de explorar, por intermédio de uma ou mais emprêsas aéreas por êste designadas, serviços aéreos nas rotas especificadas no quadro I anexo.

II

O Governo da República do Chile concede ao Governo dos Estados Unidos do Brasil o direito de explorar, por intermédio de uma ou mais emprêsas aéreas por êste designadas, serviços aéreos nas rotas especificadas no quadro II anexo.

III

A emprêsa ou emprêsas de transporte aéreo designadas pelas Partes Contratantes nos termos do Acôrdo e do presente Anexo, gozarão no território da outra Parte Contratante, em cada uma das rotas descritas nos quadros anexos, do direito de trânsito e de pousar para fins não comerciais nos aeroportos abertos ao tráfego internacional bem como do direito de embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, carga e malas postais nos pontos enumerados nos referidos quadros.

IV

a) - Um tratamento justo e equitativo deverá ser assegurado às emprêsas aéreas designadas das duas Partes Contratantes para que possam gozar de igual oportunidade na exploração dos serviços convencionados.

b) - A capacidade de transporte oferecido pelas emprêsas aéreas das duas Partes Contratantes deverá manter uma estreita relação com a procura do tráfego.

c) - As emprêsas aéreas designadas pelas Partes deverão tomar em consideração, quando explorarem rotas ou secções comuns duma rota, os seus interesses mútuos, a fim de não afetarem indevidamente os respectivos serviços.

d) - Os serviços convencionados terão por objetivo principal oferecer uma capacidade adequada à procura de tráfego entre o país a que pertence a emprêsa e o país a que se destina o tráfego.

e) - O direito de uma emprêsa aérea designada de embarcar e desembarcar, nos pontos e rotas especificados, tráfego internacional com destino a ou proveniente de terceiros países será exercido em conformidade com os princípios gerais do desenvolvimento ordenado do transporte aéreo aceitos pelas duas Partes Contratantes, de modo que a capacidade seja adaptada:

- 1) - à procura de tráfego entre o país de origem e os países de destino,
- 2) - às exigências decorrentes da exploração dos serviços convencionados,
- 3) - à procura de tráfego existente nas regiões atravessadas, respeitados os interesses dos serviços locais e regionais.

V

As autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes consultar-se-ão a pedido de uma delas a fim de verificar se os princípios enunciados neste Anexo estão sendo observados pelas emprêsas aéreas designadas pelas Partes Contratantes.

## VI

a) - As tarifas fixar-se-ão a níveis razoáveis, tomadas em consideração todos os fatores relevantes e, em particular, o custo de exploração, lucros razoáveis, tarifas cobradas pelas outras empresas e as características de cada serviço, tais como velocidade e conforto.

b) - As tarifas a cobrar pelas empresas aéreas designadas de cada uma das Partes Contratantes, entre pontos no território chileno e pontos no território brasileiro, mencionados nos quadros anexos, serão submetidas à aprovação prévia das autoridades aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes para que entrem em vigor. A tarifa proposta deverá ser apresentada trinta (30) dias, no mínimo, antes da data prevista para a sua vigência, podendo esse período ser reduzido, em casos especiais, se assim for acordado pelas referidas autoridades aeronáuticas.

c) - As empresas das Partes Contratantes entender-se-ão sobre as tarifas para passageiros e cargas a aplicar nas seções comuns de suas linhas, com conhecimento das respectivas autoridades aeronáuticas, após consulta, se for caso disso, às empresas de terceiros países que explorem os mesmos percursos, no todo ou em parte.

d) - As recomendações da Associação Internacional de Transportes Aéreos (I.A.T.A.) serão tomadas em consideração para a fixação das tarifas.

e) - No caso de não poderem as empresas chegar a acordo sobre as tarifas a fixar, as autoridades aeronáuticas competentes das duas Partes Contratantes esforçar-se-ão por chegar à solução satisfatória.

Em último caso, proceder-se-á em conformidade com o disposto no Artigo VIII do Acordo.

## VII

Quaisquer modificações das rotas aéreas mencionadas nos quadros anexos, excetuadas as que alterarem os pontos servidos no território de outra Parte Contratante, não serão considerados como alteração do anexo. As autoridades aeronáuticas de cada uma das Partes Contratantes poderão, por conseguinte, proceder unilateralmente a uma tal modificação, desde que sejam disto notificadas, sem demora, as autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante.

Se estas últimas autoridades, considerados os princípios enunciados no presente anexo, julgarem que os interesses de suas empresas aéreas nacionais são prejudicados pelas empresas da outra Parte Contratante, por já estar assegurado o tráfego entre o seu próprio território e a nova escala em terceiro país, as autoridades aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes consultar-se-ão a fim de chegar a um acordo satisfatório.

## VIII

Cada Parte Contratante notificará a outra do propósito por parte de alguma das empresas aéreas designadas de suspender serviços até um ponto ou entre diferentes pontos, dentro do território da outra Parte Contratante, a fim de que esta possa pedir consulta sobre a suspensão porposta no caso de considerá-la prejudicial aos seus interesses.

## IX

Depois de entrar em vigor o presente Acordo, as autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes deverão comunicar uma à outra, tão cedo quanto possível, as informações concernentes às autorizações dadas às respectivas empresas aéreas designadas para explorar os serviços convencionados ou parte dos referidos serviços. Esta troca de informações incluirá especialmente cópia das autorizações concedidas, acompanhadas de eventuais modificações, assim como dos respectivos anexos.

QUADRO I

ROTAS CHILENAS PARA E ATRAVÉS O  
TERRITÓRIO BRASILEIRO

A - Do Chile para o Rio de Janeiro segundo pontos intermediários acordados oportunamente pelas autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes.

B - Do Chile para a Europa através pontos intermediários brasileiros acordados oportunamente pelas autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes.

QUADRO II

ROTAS BRASILEIRAS PARA O CHILE

Do Brasil para Santiago segundo pontos intermediários a serem acordados oportunamente pelas autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes.

CONVENIO SOBRE TRANSPORTE AEREO ENTRE LA REPUBLICA DE  
LOS ESTADOS UNIDOS DEL BRASIL Y LA REPUBLICA  
DE CHILE

El Gobierno de la República de los Estados Unidos del Brasil y el Gobierno de la República de Chile, considerando:

que las posibilidades siempre crecientes de la aeronavegación comercial son de importancia cada vez más considerable;

que este medio de transporte, por sus características especiales, permite rápidas y estables comunicaciones y facilita la mayor aproximación entre los pueblos;

que es conveniente organizar segura y ordenadamente los servicios aéreos internacionales regulares, sin perjuicio de los intereses nacionales y regionales, teniendo en vista el desarrollo de la cooperación internacional en el campo del transporte aéreo;

que es su aspiración llegar a un convenio multilateral general que rijan a todas las naciones en materia de transporte aéreo internacional;

que mientras queda concertado este convenio general multilateral del cual ambos gobiernos se hayan hecho parte, se hace necesario la celebración de un acuerdo destinado a asegurar comunicaciones aéreas regulares entre los dos países; han designado para este efecto, sus Plenipotenciarios a saber:

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, Su Excelencia el Señor Embajador Raul Fernandes, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores; y

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de Chile, su Excelencia el Señor Doctor Raul Juliet Govez, Ministro de Relaciones Exteriores;

Los cuales, después de haberse cambiado sus Plenos Poderes, hallados en buena y debida forma, convinieron en las siguientes disposiciones:

#### ARTICULO I

Las Partes Contratantes se otorgan mutuamente los derechos que se especifican en el anexo del presente acuerdo, con el objeto de establecer los servicios aéreos internacionales regulares que en dicho anexo se indican, en adelante llamados "servicios acordados".

#### ARTICULO II

I - Cualquiera de los servicios acordados podrá comenzar sus operaciones inmediatamente o en fecha posterior a juicio de la Parte Contratante a la cual se conceden los derechos, para no antes que:

- a) - En Parte Contratante a la cual dichos derechos hayan sido concedidos haya designado una empresa o empresas aéreas de su nacionalidad para la ruta o rutas especificadas;
- b) - La Parte Contratante que concede los derechos haya dado el permiso de funcionamiento a la empresa o empresas aéreas en cuestión, lo que hará sin demora, sujeto a las disposiciones del párrafo n° 2 de este Artículo y las del Artículo VI.

2 - Las empresas aéreas designadas podrán ser llamadas a probar, ante las autoridades aeronáuticas de la Parte Contratante que concede los derechos, que encuentran en condiciones de cumplir los requisitos prescritos en las leyes y reglamentos que esas autoridades aplican normalmente al funcionamiento de empresas aéreas comerciales.

### ARTICULO III

A fin de impedir prácticas discriminatorias y de respetar el principio de igualdad de tratamiento:

1 - Las cargas que una de las Partes Contratantes imponga o permita que se impongan a una empresa o a empresas aéreas designadas por la otra Parte Contratante para el uso de aeropuertos y otras instalaciones no serán superiores a las que paguen por el uso de tales aeropuertos y instalaciones sus aeronaves nacionales que se dediquen a servicios internacionales similares.

2 - El combustible, aceites lubricantes y piezas de repuesto introducidos en el territorio de una de las Partes Contratantes o puestos en ese territorio a bordo de las aeronaves de la otra Parte Contratante, sea directamente por una empresa aérea por esta designada, sea por cuenta de tal empresa, y destinados al uso exclusivo de sus aeronaves, recibirán el mismo tratamiento otorgado a las empresas nacionales o a las empresas de la nación más favorecida, en lo que se refiere a derechos de aduana, derechos de inspección u otros impuestos nacionales o cargas.

3 - El combustible, aceites lubricantes y piezas de repuesto, equipo regular y materiales de aviación, retenidos en las aeronaves, estarán en el territorio de la otra Parte Contratante exentos de derechos de aduana, derechos de inspección y otros gravámenes o cargas similares, aun cuando tales abastecimientos sean utilizados por dichas aeronaves durante el vuelo sobre dicho territorio.

### ARTICULO IV

Los certificados de navegabilidad, certificados de competencia y licencias expedidos o validados por una de las Partes Contratantes y aun vigentes, serán reconocidos como válidos por la otra Parte Contratante para los fines de explotación de los servicios acordados. Las Partes Contratantes se reservan, sin embargo, el derecho de no reconocer, cuando se trate de vuelos sobre su propio territorio, los certificados de competencia y licencias otorgados a sus propios nacionales por la otra Parte Contratante o por un tercer Estado.

### ARTICULO V

1 - Las leyes y reglamentos de una de las Partes Contratantes relativos a la entrada o salida de su territorio de aeronaves dedicadas a la navegación aérea internacional o a la explotación y navegación de dichas aeronaves mientras se encuentren dentro de su territorio, se aplicarán a las aeronaves de las empresas aéreas designadas por la otra Parte Contratante.

2 - Las leyes y reglamentos de cada una de las Partes Contratantes sobre entrada o salida de su territorio de pasajeros, tripulación o carga de aeronaves, tales como las disposiciones relativas a la entrada, despacho, inmigración, pasaportes, aduanas y cuarentena, se aplicará a los pasajeros, tripulación y carga de las aeronaves dedicadas a los servicios acordados.

## ARTICULO VI

Las Partes Contratantes se reservan el derecho de negar un permiso de funcionamiento a una empresa aérea designada por la otra Parte Contratante o de revocar tal permiso cuando no quedare probado que una parte substancial de la propiedad y el control efectivo de tal empresa aérea están en manos de nacionales de la otra Parte Contratante; o en caso de inobservancia por esa empresa aérea de las leyes y reglamentos mencionados en el Artículo V o de las condiciones bajo las cuales se han concedido los derechos de conformidad con el presente Acuerdo y su Anexo; o cuando las aeronaves en explotación no sean equipadas por nacionales de origen de la Parte Contratante, exceptuados los casos de adiestramiento del personal navegante.

## ARTICULO VII

En caso que cualquiera de las Partes Contratantes considere conveniente modificar los términos del Anexo al presente Acuerdo o usar de la facultad prevista en el Artículo VI, podrá pedir la consulta entre las autoridades aeronáuticas de ambas Partes Contratantes, debiendo iniciarse dicha consulta dentro de un plazo de sesenta días a contar de la fecha de la notificación.

Quando las referidas autoridades concuerden en modificar el Anexo, dichas modificaciones entrarán en vigencia desde que cumplieran las exigencias previstas en la legislación de cada Parte Contratante, se haga el canje de las notificaciones debidas por vía diplomática.

## ARTICULO VIII

Las divergencias entre las Partes Contratantes relativas a la interpretación o aplicación del presente Acuerdo y de su Anexo, que no estuvieran sujetas a las normas prescritas en el Capítulo XVIII de la Convención sobre Aviación Civil Internacional, celebrada en Chicago, el 7 de Diciembre de 1944, y que no pudiesen ser resueltas por medio de consulta, serán sometidas al arbitraje de la Organización de Aviación Civil Internacional o de otro organismo designado de común acuerdo por las mismas Partes Contratantes.

## ARTICULO IX

Cualquiera de las Partes Contratantes puede en cualquier momento, notificar a la otra de su deseo de dar por terminado el presente Acuerdo. La notificación será simultáneamente comunicada a la Organización de Aviación Civil Internacional. Hecha la notificación, este Acuerdo dejará de regir seis (6) meses después de la fecha de su recibo por la otra Parte Contratante, salvo que fuere retirada de común acuerdo antes de expirar este plazo. Si no se acusare recibo de la notificación de Aviación Civil Internacional.

## ARTICULO X

Si entrare en vigencia una Convención multilateral de Aviación, ratificada por ambas Partes Contratantes, el presente Acuerdo y su Anexo será modificados de tal manera que sus disposiciones se conformen a aquellas de la Convención en referència.

## ARTICULO XI

El presente Acuerdo y todos los actos relativos al mismo, será registrados en la Organización de Aviación Civil Internacional.

## ARTICULO XII

Para los fines de la aplicación del presente Acuerdo y de su Anexo:

- a) - la expresión "autoridades aeronáuticas" significará, en el caso de los Estados Unidos del Brasil, el Ministro de Aeronáutica; y en el caso de la República de Chile, la Dirección de Aeronáutica; o en ambos casos, cualquiera persona u organismo que esté autorizado para ejercer las funciones por los mismos ejercidas;
- b) - la expresión "empresa aérea designada" significará cualquiera empresa que una de las Partes Contratantes haya elegido para explotar los servicios acordados y a cuyo respecto hubiere sido hecha una comunicación por escrito a las autoridades aeronáuticas competentes de la otra Parte Contratante, según las disposiciones del Artículo II del presente Acuerdo;
- c) - las definiciones de los párrafos a, b y d del Artículo 96 de la Convención sobre Aviación Civil Internacional, mencionada más arriba, se aplicarán al presente Acuerdo.

## ARTICULO XIII

El presente Acuerdo será ratificado de conformidad con las disposiciones constitucionales de cada Parte Contratante, y entrará en vigencia desde la fecha del canje de ratificaciones, el que deberá realizarse lo antes posible.

Ambas Partes Contratantes procurarán hacer efectivas las disposiciones del presente Acuerdo dentro de sus respectivas facultades administrativas, treinta días después de la fecha de su firma.

En fe de lo cual los Plenipotenciarios arriba nombrados, firman el presente Convenio, en dos ejemplares de un mismo tenor, en idiomas portugués y castellano, y ponen sus respectivos sellos, en Rio de Janeiro, a los cuatro días del mes de Julio del año de mil novecientos cuarenta y siete.

a) Raul Fernandes

a) Raul Juliet Gomez

- I -

El Gobierno de la República de los Estados Unidos del Brasil concede al Gobierno de la República de Chile el derecho de explotar, por intermedio de una o más empresas aéreas por este designadas, servicios aéreos en las rutas especificadas en la Tabla I anexa.

- II -

El Gobierno de la República de Chile concede al Gobierno de la República de los Estados Unidos del Brasil el derecho de explotar, por intermedio de una o más empresas aéreas por este designadas, servicios aéreos en las rutas especificadas en la Tabla II anexa.

- III -

La empresa o empresas de transporte aéreo designadas por las Partes Contratantes en los términos del Acuerdo y del presente Anexo, gozarán en el territorio de la otra Parte Contratante, en cada una de las rutas descritas en las Tablas anexas, del derecho de tránsito y de escala para fines no comerciales en los aeropuertos abiertos al tráfico internacional, así como del derecho de embarcar y desembarcar tráfico internacional de pasajeros, carga y correspondencia en los puntos enumerados en las Tablas mencionadas.

- IV -

a) - Deberá asegurarse a las empresas aéreas designadas por las dos Partes Contratantes un tratamiento justo y equitativo para que puedan gozar de igual oportunidad en la explotación de los servicios acordados.

b) - La capacidad de transporte ofrecida por las empresas aéreas de las dos Partes Contratantes deberá mantener una estrecha relación con las necesidades del tráfico.

c) - Las empresas aéreas designadas por las Partes Contratantes deberá tomar en consideración, cuando exploten rutas o secciones comunes de una ruta, sus recíprocos intereses a fin de no afectar indebidamente sus respectivos servicios.

d) - Los servicios acordados tendrán por objeto principal ofrecer una capacidad adecuada a las necesidades del tráfico entre el país a que pertenece la empresa y el país de destinación de ese tráfico.

e) - El derecho de una empresa aérea designada de embarcar o desembarcar en los puntos y rutas especificados, tráfico internacional con destino a, o proveniente de terceros países, se regirá de acuerdo con los principios generales de un desarrollo ordenado del transporte aéreo aceptados por las dos Partes Contratantes, de modo que la capacidad está relacionada con:

- 1 - las necesidades del tráfico entre el país de origen y los países de destino,
- 2 - las necesidades inherentes a la explotación de los servicios acordados,
- 3 - las necesidades del tráfico de la zona a través de la cual pasa la línea aérea, respetados los intereses de los servicios locales y regionales.

Las autoridades aeronáuticas de las Partes Contratantes se consultarán a pedido de una de ellas con el fin de verificar si los principios enunciados en este anexo se están cumpliendo por las empresas aéreas designadas por las Partes Contratantes.

- VI -

a) - Las tarifas deberán ser razonables, y se fijarán teniendo en cuenta todos los factores pertinentes, y en particular, en costo de explotación, utilidades equitativas, las tarifas cobradas por las otras empresas y las características de cada servicio, tales como velocidad y confort.

b) - Las tarifas que habrán de cobrar las empresas aéreas designadas por cada una de las Partes Contratantes, entre puntos del territorio chileno y puntos del territorio brasileño, mencionados en las Tablas anexas, para que entren en vigor, serán sometidas a la aprobación previa de las autoridades aeronáuticas de ambas Partes Contratantes. La tarifa propuesta deberá ser presentada treinta (30) días antes, antes de la fecha prevista para su vigencia, pudiendo ese periodo ser reducido, en casos especiales, si así fuera acordado por las mencionadas autoridades aeronáuticas.

c) - Las empresas de las Partes Contratantes se pondrán de acuerdo sobre las tarifas para pasajeros y carga que deberán regir en las secciones comunes de sus líneas, con conocimiento de las autoridades aeronáuticas respectivas, previa consulta, si tal fuere el caso, a las empresas de terceros países que exploten los mismos recorridos, en todo o en parte.

d) - Las recomendaciones de la Asociación Internacional de Transportes Aéreos (I.A.T.A.) serán tomadas en consideración para la fijación de las tarifas.

e) - En caso que las empresas no pudieren llegar a un acuerdo sobre las tarifas por fijar, las autoridades aeronáuticas competentes de las dos Partes Contratantes se esforzarán por llegar a una solución satisfactoria.

En último caso se procederá en conformidad con el dispuesto en el Artículo VIII de este Acuerdo.

- VII -

Cualesquiera modificaciones de las rutas aéreas mencionadas en las Tablas anexas, exceptuadas las que cambien los puntos servicios en el territorio de la otra Parte Contratante, no serán consideradas como modificaciones al Anexo. Las autoridades aeronáuticas de cada una de las Partes Contratantes podrán, por consiguiente, proceder unilateralmente a hacer todos los cambios quedando entendido que se dará aviso, sin retardo, a las autoridades aeronáuticas de la otra Parte Contratante.

Se estas últimas autoridades, considerados los principios enunciados en el presente anexo, estimaren que los intereses de sus empresas aéreas nacionales se perjudicaron por las empresas de la otra Parte Contratante, por el hecho de que ya esté asegurado el tráfico entre su propio territorio y la nueva escala en tercer país, las autoridades aeronáuticas de ambas Partes Contratantes se consultarán con el fin de llegar a un acuerdo satisfactorio.

Cada Parte Contratante notificará a la otra el propósito por parte de alguna de las empresas aéreas designadas de suspender servicios hacia un punto o entre diferentes puntos dentro del territorio de la otra Parte Contratante, a fin de que esta pueda pedir consulta sobre la suspensión propuesta en el caso de considerarla perjudicial a sus intereses.

- IX -

Una vez en vigencia el presente Acuerdo, las autoridades aeronáuticas de las dos Partes Contratantes deberán comunicarse mutuamente, tan pronto como sea posible, las informaciones relativas a las autorizaciones concedidas a las respectivas empresas aéreas designadas para explotar los servicios acordados o parte de los referidos servicios. Ese cambio de informaciones incluirá, especialmente, la copia de las autorizaciones concedidas, acompañadas de las eventuales modificaciones así como de los anexos respectivos.

TABLA II

ROTAS BRASILEÑAS PARA CHILE

Del Brasil hasta Santiago via puntos intermedios que serán convenidos oportunamente por las autoridades aeronáuticas de las dos Partes Contratantes.

---

T A B L A

RUTAS CHILEÑAS HACIA E A TRAVÉS  
DEL TERRITORIO BRASILEÑO

A - Desde Chile a Rio de Janeiro via puntos intermedios convenidos oportunamente por las autoridades aeronáuticas de las dos Partes Contratantes.

B - Desde Chile hacia Europa a través de puntos intermedios en territorio brasileño convenidos oportunamente por las autoridades aeronáuticas de las dos Partes Contratantes.

CONVENIO DE TRÁNSITO DE PASSAGEIROS E TURISMO ENTRE  
O BRASIL E O CHILE

O Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Chile, desejosos de incrementar o intercâmbio de turistas, entre os dois países, como meio de estreitar, ainda mais, a amizade existente entre ambos os povos, e de promover o seu melhor conhecimento, resolveram celebrar um convênio de turismo e trânsito de passageiros, nomeando, para esse fim, seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Embaixador Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Chile, Sua Excelência o Senhor Doutor Raul Juliet Gómez, Ministro das Relações Exteriores;

os quais, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO I

Os cidadãos brasileiros e chilenos poderão entrar nos territórios do Chile e do Brasil pelas rodovias internacionais, rotas aéreas, marítimas ou ferroviárias, com a simples apresentação da carteira de identidade ou passaporte, válidos e vigentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além do passaporte ou carteira de identidade, acima enumerados, será exigido, unicamente, para a concessão do visto de turismo, que será gratuito, um certificado de saúde em forma regulamentar e atestado de vacina anti-variólica.

ARTIGO II

A franquia prevista no artigo anterior será extensiva, também, aos naturais de um país americano, inclusive o Canadá, que tenham residência superior a dois anos no Brasil ou no Chile.

ARTIGO III

As pessoas que viajarem de conformidade com este Convênio não poderão permanecer mais de três meses no país que visitarem, nem desempenhar atividades ou emprêgo remunerados.

ARTIGO IV

As autoridades competentes brasileiras ou chilenas ficarão com a faculdade de impedir a entrada, em seu território, de qualquer pessoa, cujo ingresso julgarem inconveniente, especialmente das que forem consideradas perigosas para a segurança continental.

## ARTIGO V

Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá suspender os efeitos d'êste Convênio, total ou parcialmente, quando se torne necessário, em caso de epidemia declarada em qualquer dos dois países e somente enquanto subsistam as causas que motivam esta suspensão.

## ARTIGO VI

Os Governos do Brasil e do Chile asseguram o livre trânsito pelo seu território, nacional, estadual ou municipal, aos veículos de turismo de ambos os países.

## ARTIGO VII

Enquanto não entrar em vigor um aêordo inter-americano sôbre o uso e regulamentação dos certificados internacionais, para a circulação dos veículos autonóveis, e das carteiras internacionais para seus condutores, os dois Governos contratantes pronoverão, para êsse fim, um entendimento ou convênio entre as organizações automobilísticas de ambos os países.

## ARTIGO VIII

As Altas Partes Contratantes farão as gestões necessárias junto aos Governos da República Argentina, do Uruguai e da Bolívia, para a supressão de qualquer imposto ou taxa que grave, ou possa gravar, a entrada e o livre trânsito dos turistas ou veículos autonóveis a que se refere o presente Convênio.

## ARTIGO IX

O presente Convênio será ratificado depois de preenchidas as formalidades legais de uso em cada um dos Estados signatários e entrará em vigor um mês depois de se terem obtido de alguns dos Governos mencionados no artigo precedente as facilidades de trânsito necessárias, e continuará vigorando indefinidamente, salvo se for denunciado por uma das Altas Partes Contratantes, com três meses de antecipação.

Em ré do que, os Plenipotenciários acima mencionados, assinam o presente Convênio, em dois exemplares, do mesmo teor, em idiomas português e espanhol, apondo seus respectivos selos, no Rio de Janeiro, aos quatro dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e sete.

L. S. Raul Fernandes

L. S. Raul Juliet Gónez.

CONVENIO DE TRANSITO DE PASAJEROS Y TURISMO ENTRE BRASIL  
Y CHILE.

El Gobierno de la República de los Estados Unidos del Brasil y el Gobierno de la República de Chile, deseosos de incrementar el intercambio de turistas entre los dos países, como una manera de afianzar aún más la amistad existente entre ambos pueblos y de promover su mejor conocimiento, resolvieron celebrar un Convenio de Turismo y Tránsito de Pasajeros, nombrando para ese fin sus Plenipotenciarios, a saber:

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, Su Excelencia el Señor Embajador Raul Fernandes, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores; y

El Excelentísimo Señor Presidente de la República de Chile, Su Excelencia el Señor Doctor Raul Juliet Gómez, Ministro de Relaciones Exteriores;

quienes, después de haberse cambiado sus Plenos Poderes, hallados en buena y debida forma, convinieron lo siguiente:

ARTÍCULO I

Los ciudadanos brasileños y chilenos podrán entrar en los territorios de Chile y del Brasil por caminos internacionales, rutas aéreas, marítimas o ferroviarias, con la sola presentación del carnet de identidad o pasaporte, válidos y vigentes.

PÁRRAFO ÚNICO - Además del pasaporte o carnet de identidad arriba mencionados se exigirá, únicamente, para la concesión de la visación de turismo, que será gratuita, un certificado de salud en forma reglamentaria y el certificado de vacuna antivariólica.

ARTÍCULO II

La franquicia contemplada en el artículo precedente se extenderá también a los naturales (con nacionalidad de origen) de un país americano, incluso Canadá, que tengan residencia superior a dos años en Brasil o en el Chile.

ARTÍCULO III

Las personas que viajen en conformidad con este Convenio no podrán permanecer más de tres meses en el país que visiten, ni desempeñar actividades o empleos remunerados.

ARTÍCULO IV

Las autoridades competentes, brasileñas o chilenas, quedarán facultadas para impedir la entrada en su territorio de cualquiera persona cuyo ingreso juzgaren inconveniente, especialmente de aquellas consideradas peligrosas para la seguridad continental.

## ARTÍCULO V

Cada Alta Parte Contratante podrá suspender los efectos de este Convenio, total o parcialmente, cuando así se haga necesario en caso de epidemia declarada en cualquiera de los dos países y sólo mientras subsistan las causas que motiven esta suspensión.

## ARTÍCULO VI

Los Gobiernos de Brasil y del Chile aseguran el libre tránsito por su territorio, nacional, provincial o municipal, a los vehículos de turismo de ambos países.

## ARTÍCULO VII

Mientras no entre en vigencia un acuerdo interamericano para el uso y reglamentación de los Certificados Internacionales para la circulación de los vehículos automóviles y de los permisos internacionales para sus conductores, los dos Gobiernos contratantes promoverán para ese fin un entendimiento o convenio entre las organizaciones automovilísticas de ambos países.

## ARTÍCULO VIII

Las Altas Partes Contratantes harán las gestiones necesarias ante los Gobiernos de Argentina, de Uruguay y de Bolivia para la supresión de cualquier impuesto o tasa que grave o pueda gravar la entrada y el libre tránsito de los turistas o vehículos automóviles a que se refiere el presente Convenio.

## ARTÍCULO IX

El presente Convenio será ratificado después de llenadas las formalidades legales de cada uno de los Estados signatarios y entrará en vigencia un mes después de haberse obtenido de alguno de los Gobiernos mencionados en el artículo precedente las facilidades de tránsito necesarias, y continuará rigiendo indefinidamente a menos que sea denunciado por una de las Altas Partes Contratantes con tres meses de anticipación.

En fe de lo cual los Plenipotenciarios arriba nombrados, firman el presente Convenio, en dos ejemplares de un mismo tenor, en idiomas portugués y castellano, y ponen sus respectivos sellos, en Rio de Janeiro, a los cuatro días del mes de Julio del año de mil novecientos cuarenta y siete.

L. S. Raul Fernandes.

L. S. Raul Julié Góñez.